



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Instituto Estadual do Ambiente  
Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por finalidade a contratação de empresa especializada para a "**contratação de pessoa jurídica para gerenciamento e execução de serviços de apoio à conservação da biodiversidade, monitoramento, gestão ambiental e acompanhamento de ações de uso público em unidades de conservação administradas pelo Estado do Rio de Janeiro**".

#### 1.1. OBJETIVO

O objetivo geral desta contratação é atender as necessidades do INEA no fortalecimento das ações de preservação e conservação ambiental, através da contratação de pessoa jurídica para o gerenciamento e execução de serviços de apoio à conservação da biodiversidade, monitoramento, gestão ambiental e acompanhamento de ações de uso público em unidades de conservação administradas pelo Estado do Rio de Janeiro, incluindo a disponibilização de mão de obra nas Unidades de Conservação (UC's).

### 2. DA JUSTIFICATIVA

O estado do Rio de Janeiro enfrenta desafios significativos na proteção de suas vastas Unidades de Conservação (UCs), que abrangem aproximadamente 4.400.000 hectares, além de diversos biomas e ecossistemas. Cerca de 30% do território estadual é coberto por vegetação nativa, principalmente no bioma Mata Atlântica.

Atualmente, as UCs estaduais contam com o Gerenciamento e execução de serviços de apoio à conservação da biodiversidade, monitoramento, gestão ambiental e acompanhamento de ações de uso público em unidades de conservação administradas pelo estado do Rio de Janeiro através de empresa terceirizada.

Na tabela abaixo, registram-se os principais resultados do projeto, no ano de 2023.

Tabela 1 - Resultados do projeto (ano 2023)

TEMA	ATIVIDADES	JANEIRO A NOVEMBRO / 2023
COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS	Área afetada (ha) - Dentro da UC	992,29
	Área afetada (ha) - ZA da UC	393,96
	Área afetada (ha) - Fora da UC	10,28
	Nº de ocorrências	119
PREVENÇÃO	Nº de Notificações Preventivas de Incêndio (modelo GERGPARG)	1.313
	Nº de Apoios à Fiscalização	154
	Aceiros (m)	10.494
RESGATE	Nº de Ações de resgate/manejo de fauna	267
	Nº de Ações de resgate de visitantes	16
USO PÚBLICO	Metros de trilhas manejadas	238.873
	Visitantes registrados/atendidos	205.048
	Estudantes atendidos	31.903
	Acompanhamento de pesquisadores	45
EVENTOS E REUNIÕES	Nº de Eventos realizados/apoiados	880
	Nº de Participação em reuniões (GERGPARG Sede)	160
CONSERVAÇÃO	Apoio a recuperação de áreas degradadas (ha)	14,3018

No que se refere ao fogo, já é um dos distúrbios antrópicos mais comuns nas florestas tropicais, mas seu uso está aumentando o que pode causar perdas significativas de biodiversidade e levar à redução das possibilidades de regeneração.

No período de 2018 a 2023, foram registrados 576 combates de incêndios florestais, correspondendo a uma área de 2.536,45 hectares. Por esse motivo, verifica-se que as ações de prevenção aos desastres ambientais, sobretudo os incêndios florestais, foram preponderantes nas metas previstas para o Projeto.

Desta forma, foram implantados e realizou a manutenção de 47.248 m de aceiros, técnica que tem por objetivo romper a continuidade da vegetação e retirar matéria orgânica do local, para evitar a propagação do fogo.

Além disso, o serviço gerou um total de 5.536 Notificações Preventivas de Incêndios (NPI) nas UCs e zona de amortecimento, com priorização das áreas indicadas no Sistema de Monitoramento de Risco de Incêndios gerenciado pela GERGPARG. A aplicação das Notificações tem fulcro na Lei Estadual nº 2.049/92 dispõe sobre a proibição de queimadas da vegetação no Estado do Rio de Janeiro e as sanções previstas na Lei Estadual nº 3.467/2000 que preceitua as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no estado do Rio de Janeiro.

A NPI é fundamental na prevenção das queimadas, principalmente porque a maioria dos incidentes está relacionada à limpeza de pastagens, abertura de novas frentes agrícolas e controle fitossanitário. Assim, a aplicação da referida Notificação constitui-se como uma oportunidade de diálogo, aproximação e orientação de proprietários, para prevenir o uso indevido do fogo e demais sinistros ambientais, sendo notório que após essas ações há uma redução no número de ocorrências. Essas ações foram potencializadas pela Operação Fumaça Zero.

A Operação Fumaça Zero é uma campanha desenvolvida pelo Inea desde o ano de 2020, por meio da GERGPARG, com o objetivo de reduzir os incêndios florestais e queimadas no território fluminense durante os meses de maio a setembro, época de estiagem. A Operação tem por objetivo o engajamento da população e articulação institucional entre órgãos e entidades no desenvolvimento de ações de educação ambiental, sendo importantes meios de prevenção e conscientização da população para redução do uso do fogo principalmente nas proximidades das UCs estaduais e municipais, além das campanhas de mobilização realizadas em vias e logradouros públicos. Essa é uma ação relevante, tendo em vista que os incêndios florestais são responsáveis diretos pela perda de biodiversidade e o desflorestamento da Mata Atlântica, com efeitos deletérios ao meio ambiente e à saúde dos seres humanos.

Além dos serviços ecossistêmicos destacados no projeto, as UCs são recursos educativos muito significativos, uma sala de aula em meio à natureza, com diversidade biológica e cultural. Segundo MADEIRA & et.al (2019), é de suma importância e necessário desenvolver a educação ambiental e o planejamento de utilização de áreas e recursos naturais, promovendo a sustentabilidade e garantindo os recursos naturais para que todas as gerações possam ter acesso de maneira a reduzir ao máximo os impactos antrópicos.

Assim, no âmbito da DIRBAPE/GERGPAP há um esforço e priorização para o trabalho conjunto com as escolas, para levarmos conscientização sobre a importância das UCs, as ações antrópicas no ambiente (impactos negativos e positivos), sustentabilidade e demais temas que contribuam para uma maior compreensão que a conservação da biodiversidade é um dos componentes essenciais para a sustentabilidade nas suas dimensões ecológica, econômica e sociocultural.

É oportuno registrar, então, o atendimento de 104.745 alunos com a realização de atividades de sensibilização e educação ambiental, pautadas nas diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental (Lei Nº 3.325 de 17 de dezembro de 1999), Programa Estadual de Educação Ambiental – ProEEARJ (Resolução CONEMA nº 82 de 26 de julho de 2018) e, mais recentemente, na Norma Operacional 49, de 11 de novembro de 2021, que estabelece os procedimentos operacionais de gestão da educação ambiental nas UCs administradas pelo Inea.

No que se refere ao uso público, foram registrados, nos meios oficiais, um total de 3.066.212 visitantes, sendo a recepção e orientação desse público realizada, predominantemente, pelos agentes ambientais alocados que trazem orientações sobre a UC, buscando que a experiência da visita seja em segurança, com qualidade e mínimo impacto.

Consequentemente, com a aproximação possibilitada pela presença desse serviço nas UCs, houve um aumento na fidelização dos visitantes, mormente, aqueles classificados como constantes, que foram incentivados a participar de forma mais efetiva das ações desenvolvidas, para gerar maior conscientização, participação e controle social na construção de políticas públicas relacionadas à conservação da natureza, bem como reflexões sobre sua pegada ecológica. Isto porque, os grupos sociais possuem uma relação íntima e de dependência com a biodiversidade, ainda que pouco percebida ou valorizada.

Destaque-se que o serviço contratado teve um papel preponderante na construção e implementação de Planos de Ação para o manejo de espécies exóticas invasoras no PECS, PEIG, PEPB e PESET e apoiou as demais atividades do Plano de Ação Nacional para a conservação da flora endêmica ameaçada de extinção do estado do Rio de Janeiro (PAN Flora Endêmica), no âmbito do Projeto Pró Espécies, como por exemplo, na conservação da guarajuba (*Terminalia acuminata*) no PESET, que não era encontrada a 73 anos, e da espécie *Pleroma hirsutissimum* no PECS, cuja última coleta havia sido no ano de 1982. A implementação do PAN Flora Endêmica é coordenada pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS-RJ) em parceria com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro por meio do Centro Nacional de Conservação da Flora (CNC Flora) e consultoria do WWF-Brasil.

Ainda no âmbito do PAN Flora Endêmica, cabe mencionar o apoio operacional na marcação de matrizes e coletas de semente, ação fundamental para assegurar o cumprimento dos objetivos do Plano, considerando a dificuldade dos especialistas de realizarem essas atividades em todas as UCs, e a necessidade de conseguir propágulos de qualidade (viabilidade genética, raízes bem desenvolvidas e ausência de doenças) e genótipo adequado para conservação in situ e ex situ.

Em que pese, considerando que o Estado do Rio de Janeiro possui aproximadamente 30% de seu território coberto por vegetação nativa, principalmente do bioma Mata Atlântica, abrangendo uma área de aproximadamente 4.400.000 (quatro milhões e quatrocentos mil) hectares, e que as Unidades de Conservação abrangem tais áreas;

Considerando os diversos desafios encontrados para a proteção da fauna e flora nas Unidades de Conservação sob a administração pública estadual;

Considerando que a falta dos serviços supracitados poderá impactar diretamente no não cumprimento das metas ambientais assumidas pelo Estado do Rio de Janeiro;

Destarte, faz-se necessário a contratação dos serviços de Gerenciamento e execução de serviços de apoio à conservação da biodiversidade, monitoramento, gestão ambiental e acompanhamento de ações de uso público de forma possibilitar a manutenção do serviço prestado pelo Estado do Rio de Janeiro no que tange a preservação ambiental, principalmente dentro das áreas protegidas e Unidades de conservação.

3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Os produtos cotados deverão atender às condições de exatidão de todas as especificações e padrões solicitados, descritos neste quadro de especificações do presente Termo de Referência.

Objeto da demanda, segundo o catálogo de materiais e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) é contemplado com a seguinte descrição:

Tabela 2- Identificação dos Itens, quantidades e unidades

ID	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
151817	SERVICOS DE APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, TECNICAS E OPERACIONAIS - DESCRIÇÃO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTACAO DE SERVICO DE APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL	SERVIÇO	01

4. DA DESCRIÇÃO DO ESCOPO E SERVIÇOS

4.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O Objeto do presente Termo de Referência é a contratação de pessoa jurídica para gerenciamento e execução de serviços de apoio à conservação da biodiversidade, monitoramento, gestão ambiental e acompanhamento de ações de uso público em unidades de conservação administradas pelo Estado do Rio de Janeiro, incluindo a disponibilização de mão de obra nas Unidades de Conservação (UC's), cujos objetivos específicos são:

- prevenir, monitorar, coordenar e combater incêndios florestais e/ou queimadas no interior das unidades de conservação estaduais;
- facilitar o cumprimento da legislação ambiental e dos atos normativos específicos das Unidades de Conservação estaduais;
- promover atividades de educação ambiental nas unidades de conservação estaduais e suas zonas de amortecimento;
- facilitar a identificação de áreas de desmatamento no Estado do Rio de Janeiro ;
- promover o manejo, reintrodução e resgate de fauna nas Unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;
- auxiliar as operações de fiscalização realizadas pelo INEA, dentro das Unidades de conservação estaduais;
- monitorar a visitação e a manutenção dos atrativos naturais e belezas cênicas do estado do Rio de Janeiro;
- promover o manejo de trilhas e atrativos turísticos das unidades de conservação, bem como das demais estruturas voltadas aos serviços e apoio ao visitante nas unidades de conservação estaduais;
- realizar ações de sensibilização, orientação e interpretação ambiental, cultural e histórica, bem como práticas de vivência conservacionista relacionadas às unidades de conservação estaduais;
- viabilizar ações de busca e salvamento de visitantes dentro das unidades de conservação estaduais;
- apoiar as pesquisas científicas desenvolvidas no interior das unidades de conservação estaduais;
- apoiar a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- auxiliar nas operações de logística das unidades de conservação com o transporte de passageiros e cargas;
- apoiar ações de recuperação de áreas degradadas e/ou reflorestamentos no interior das Unidades de Conservação estaduais;e
- promover a coleta e manutenção de dados biológicos, sociais e geoespaciais das unidades de conservação.

#### 4.2. ATIVIDADES, SERVIÇOS E PRODUTOS

A seguir são apresentados os produtos que a CONTRATADA deverá desenvolver ao longo de suas atividades e o conteúdo mínimo esperado para cada um deles, sendo esses relatórios os elementos materializados das atividades da CONTRATADA para efeitos de medição.

A Contratada deverá atender as necessidades do INEA mediante a execução de todas as atividades elencadas abaixo, bem como apresentar todos os produtos exigidos.

##### PRODUTO 1: APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO REFERENTE AO PLANO DE TRABALHO

*O Produto 1 não exige mão-de-obra dedicada ao contrato, não sendo permitida a subcontratação. As atividades do produto 1 envolvem:*

###### Atividade 1. Planejamento conjunto das atividades

A contratada deverá apresentar plano de trabalho referente às atividades propostas.

###### Serviço 1. Plano de Trabalho

O planejamento de atividades deverá ser apresentado pela CONTRATADA em formato de Plano de Trabalho, em 60 dias a contar da assinatura do contrato, que deverá conter no mínimo as seguintes informações:

- Matriz de envolvidos por atividade e responsabilidade;
- Descritivo sobre a execução do serviço e detalhamento das atividades a serem desenvolvidas;
- Metodologia de trabalho e dimensionamento dos recursos humanos e tecnológicos a serem alocados, com detalhamento das entregas de cada etapa;
- Definição das formas de comunicação e interação com o INEA;
- Cronograma de execução detalhado;
- Matriz de risco do projeto e proposição de ações mitigadoras;
- Fluxo de execução do projeto;
- Quadro de distribuição do efetivo;

O plano de trabalho deverá ainda proporcionar uma visão consolidada do projeto, demonstrando a estratégia de execução para apoiar o acompanhamento, avaliação e fiscalização dos produtos que serão gerados ao longo das atividades, com o objetivo de alcançar as metas previstas no projeto.

##### PRODUTO 2: APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS MENSIS REFERENTES A TODAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS AO LONGO DO MÊS

*O Produto 2 exige mão-de-obra dedicada ao contrato, não sendo permitida a subcontratação, exceto para as atividades 8, 9 e 10, para as quais serão permitidas a subcontratação. As atividades do produto 2 envolvem:*

###### Atividade 2. Desenvolver ações voltadas à recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente.

A CONTRATADA deverá realizar atividades de recuperação de áreas degradadas e manejar e/ou resgatar espécimes de fauna e flora para conservação e proteção da biodiversidade nas UCs.

###### Serviço 2. Promover o acréscimo do número de áreas restauradas nas UC's.

Considerando que nos últimos 12 meses do contrato de gerenciamento similar foram recuperados 16 Ha de áreas degradadas e considerando o planejamento estratégico da DIRBAPE, através da coleta de sementes, marcação de matrizes, isolamento de fatores degenerantes, reflorestamento, enriquecimento florestal, condução, etc. a CONTRATADA deverá restaurar uma área mínima de 36,0 Hectares ao longo dos 3 anos, sendo 12 Ha por ano.

Para tanto, a CONTRATADA deverá realizar o planejamento das áreas a serem atendidas em conjunto com a CONTRATANTE e disponibilizar os agentes de defesa ambiental que irão realizar as atividades.

O planejamento deverá ainda proporcionar uma visão consolidada do projeto, demonstrando a estratégia de execução para apoiar o acompanhamento, avaliação e fiscalização dos produtos que serão gerados ao longo das atividades, realizando-se medições mensais, a fim de serem atingidas as metas previstas no projeto.

A CONTRATADA deverá enviar a comprovação da execução deste serviço no relatório mensal.

###### Atividade 3. Implementar ações de educação ambiental nas UC's.

A CONTRATADA deverá planejar em conjunto com a CONTRATANTE e executar ações destinadas à educação ambiental nas Unidades de Conservação.

###### Serviço 3. Executar atividades de educação ambiental nas UC's.

Considerando que nos últimos 12 meses do contrato de gerenciamento similar foram atendidos 32.902 alunos com ações de educação ambiental, sem contar o programa Guarda-parques Mirim, a CONTRATADA deverá atingir 25.000 pessoas com ações de educação ambiental por semestre, ao longo dos 3 anos, dentro das unidades de conservação ou em suas zonas de amortecimento, conforme planejamento realizado junto à CONTRATANTE.

As ações de educação ambiental deverão seguir as normas padronizadas pelo INEA, como a Norma Operacional NOP-INEA-49.R-0 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ADMINISTRADAS PELO INEA, aprovada pela Resolução INEA nº 242 em 10/11/2021, e poderão ser desenvolvidas pelos agentes de defesa ambiental ou por outras instituições parceiras.

O programa Guarda-parques Mirim estará contemplado dentro das atividades desenvolvidas neste produto.

A CONTRATADA deverá enviar a comprovação da execução deste serviço no relatório mensal.

###### Atividade 4. Realizar atividades de monitoramento e prevenção de riscos.

A CONTRATADA deverá desenvolver atividades de monitoramento e prevenção de riscos ambientais nas Unidades de conservação estaduais e zonas de amortecimento.

Serviço 4. Construir e realizar a manutenção de aceiros em áreas mais suscetíveis a incêndios florestais nos limites das UC's e zonas de amortecimento.

Este serviço visa reduzir e compartimentar as áreas atingidas por incêndios florestais dentro das unidades de conservação. Sua execução deverá ser planejada em acordo com a contratada, respeitando-se o plano de manejo das UC. A contratada deverá construir .5000 metros lineares de aceiros por semestre, ao longo dos 3 anos de contrato, considerando-se que foram construídos 11.484m nos últimos 12 meses do contrato de gerenciamento similar.

A CONTRATADA deverá enviar a comprovação da execução deste serviço no relatório mensal.

Serviço 5. Notificar a população por meio da emissão do instrumento Notificação Preventiva de Incêndio Florestal (NPI).

Este produto visa reduzir a incidência de incêndios a partir da conscientização da população quanto à nocividade e consequências legais da prática de queimadas e outras atividades que geram e propagam incêndios florestais.

O instrumento da Notificação Preventiva de Incêndio Florestal (NPI) será emitido pelos agentes de defesa ambiental com caráter educativo e não fiscalizatório. Considerando que nos últimos 12 meses do contrato de gerenciamento similar foram emitidas 1024 NPI, a contratada deverá emitir 600 NPI por semestre, ao longo dos 3 anos de contrato.

Nesta demanda, as notificações emitidas pelos agentes de defesa ambiental no âmbito da operação fumaça zero serão contabilizadas como NPI.

Fornecer estrutura para atendimento desta demanda, visando a realização da atividade de emissão de Notificações, conforme tabela de especificações da tabela 3.

A CONTRATADA deverá informar o número de NPI's emitidas no relatório mensal.

#### Atividade 5. Atuar no atendimento ao público e no ordenamento da visitação nas UC's

Serviço 6. Realizar o atendimento aos visitantes das UC's estaduais

A CONTRATADA deverá controlar e registrar a visitação nas UC's. Este produto engloba a captação de dados de eco contadores e outros meios disponibilizados pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá comprovar atendimento a 35.000 visitantes por semestre, ao longo dos 3 anos de contrato.

A CONTRATADA deverá enviar a comprovação da execução deste serviço no relatório mensal.

Serviço 7. Realizar o manejo das trilhas oficiais das UC's estaduais

A CONTRATADA deverá realizar o manejo das trilhas oficiais das UC's de forma a melhorar a segurança e usabilidade das mesmas por parte de visitantes e pesquisadores.

A CONTRATADA deverá comprovar o manejo de 125.000m lineares de trilhas por semestre, ao longo dos 3 anos de projeto.

A CONTRATADA deverá encaminhar relatório mensal com fotos e coordenadas dos locais de execução das atividades.

#### Atividade 6. Apoiar às UCs com serviços logísticos

Serviço 8. Realizar ou apoiar eventos dentro das UC's ou relacionados às mesmas.

A CONTRATADA deverá disponibilizar agentes de defesa ambiental para organizar e atuar em eventos relacionados às unidades de conservação.

A CONTRATADA deverá comprovar participação em 225 eventos por semestre, ao longo dos 3 anos de contrato.

#### Atividade 7. Zelar pelos recursos naturais e infraestrutura das UCs.

Serviço 9. Elaborar ou atualizar o plano de contingências das UC's estaduais

A CONTRATADA deverá elaborar os planos de contingência para todas as unidades de conservação o possuam.

Para as unidades que já possuem planos de contingência, a contratada deverá realizar atualização do plano sempre que o referido completar 2 anos de sua elaboração ou última revisão.

A CONTRATADA deverá apresentar cronograma de execução no plano de trabalho descrito no serviço 1 deste documento.

#### Atividade 8. Fornecer logística para comunicação

Serviço 10. Fornecer meios de comunicação para os agentes em campo.

A CONTRATADA deverá fornecer e manter 42 aparelhos celulares (1 para cada posto onde os agentes disponibilizados pela contratada estejam alocados) visando possibilitar o preenchimento dos relatórios de campo gerados em cada tipo de demanda atendida, bem como a comunicação das equipes alocadas com os representantes da contratada no que tange o atendimento à emergências.

Serviço 11. Fornecer rede de internet para os postos.

A CONTRATADA deverá fornecer internet nos postos em que seus agentes estejam disponibilizados, viabilizando condições para o preenchimento do relatório online pelos colaboradores.

#### Atividade 9. Auxiliar em combates a incêndios florestais e ações de busca e salvamento

Serviço 12. Dar auxílio aos órgãos competentes nas ações de combate a incêndios florestais e de busca e salvamento nas Unidades de Conservação da Natureza administradas pelo INEA e suas zonas de amortecimento.

A contratada deverá oferecer agentes capacitados para realizar primeira resposta em casos de incêndios florestais e situações de busca e salvamento nas UCs e suas zonas de amortecimento.

PRODUTO 3: APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS SEMESTRAIS REFERENTES A TODAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS A CADA 06 (SEIS) MESES

*O Produto 3 não exige mão-de-obra dedicada ao contrato, sendo permitida a subcontratação. As atividades do produto 3 serão baseadas nas mesmas atividades do produto 2 somados aos serviços 13,14 e 15*

O objetivo principal do produto 3 é comprovar o alcance das metas estabelecidas para cada serviço, contendo a mesma formatação e meios de entrega dos relatórios mensais, compilando dados a cada 06 (seis) meses de execução do contrato.

Atividade 10. Capacitar os agentes de defesa ambiental que estiverem no contrato.

Serviço 13. Realizar curso de formação e atualização de agentes de defesa ambiental

A CONTRATADA deverá realizar curso de capacitação para todos os agentes de defesa ambiental que estiveram atuando no contrato de forma a atender ao previsto pela contratante como requisitos mínimos à atuação nas unidades de conservação estaduais.

A CONTRATADA deverá apresentar plano de aulas, currículos dos instrutores, lista de presença e certificados dos formandos em cada atividade.

Os requisitos mínimos a serem seguidos para as atividades deste produto estão descritos no anexo 2.

Atividade 11. Fornecer logística para Programas e eventos

Serviço 14. Fornecer estrutura para o dia mundial do Guarda-parques.

A contratada deverá organizar e custear o evento para 600 participantes, em conjunto com a contratante, visando a comemoração do dia mundial do guarda-parques, nos dias 31 de julho de todos os anos de vigência do contrato, em local definido e disponibilizado pela CONTRATANTE.

Serviço 15. Realizar eventos de formatura dos cursos de formação e atualização de agentes de defesa ambiental.

A CONTRATADA deverá realizar cerimônia de encerramento, para 600 participantes, a cada edição dos cursos de formação e atualização de agentes de defesa ambiental.

PRODUTO 4: FORNECIMENTO DE ESTRUTURA LOGÍSTICA PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA FUMAÇA ZERO.

O Produto 4 não exige mão-de-obra dedicada ao contrato, sendo permitida a subcontratação.

Serviço 16 . Aquisição de Materiais parao programa Fumaça Zero

A CONTRATADA deverá fornecer blocos de Notificação Preventiva de Incêndio (NPI) de acordo com as especificações e quantidades elencadas para os 3 anos de contrato.

Tabela 3 - Bloco de Notificação Preventiva

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANTIDADE
1	BLOCO NOTIFICAÇÃO PREVENTIVA DE INCÊNDIO, (01 unidade de bloco contendo um mínimo de 75 folhas, impressão frente e verso de no mínimo de 25 notificações, sendo 03 vias para cada, nas cores de papel branco, verde e amarelo, gramatura do papel entre 50 a 75 , dimensão preferível do papel: 21cm x 22,5cm, a impressão frente e verso da notificação deverá conter os textos padrões de notificação a serem fornecidos pelo INEA e deverão seguir o controle de numeração do INEA.	UN	300

PRODUTO 5: FORNECIMENTO DE ESTRUTURA LOGÍSTICA PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA GUARDA-PARQUES MIRIM

O Produto 5 não exige mão-de-obra dedicada ao contrato, sendo permitida a subcontratação.

Serviço 17 . Aquisição de Materiais parao programa GP Mirim

A CONTRATADA deverá fornecer os materiais descritos abaixo de acordo com as especificações e quantidades elencadas para os 3 anos de contrato.

Tabela 4 - Uniformes

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANTIDADE
1	Bonés de microfibra GP Mirim - feito em microfibra com personalização silkscreen 1 cor frente e 1 cor lateral.	UN	1.800
2	Squeezes - branca com tampa colorida, logo impresso 1 cor, 500 ml.	UN	1.800
3	Colete em Helanca Light na cor verde (tamanho único) com 1 elástico em cada lado na parte inferior. Personalização silkscreen 1/1.	UN	1.800
4	Mochilas (Sacochilas) - Ecobag, algodão cru, gramatura 40, tamanho 35x40 cm. com alça tipo tipo mochila, impressão na frente 2 cores	UN	1.800

Tabela 5 - Materiais de papelaria

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANTIDADE
1	CAIXA ORGANIZADORA: Material: Plástico; Cor:Transparente; Tampa e trava de proteção, Dimensão aproximada preferível (Altura 34 cm, Largura 40 cm, Comprimento 58 cm), Capacidade volumétrica de 56 litros.	UN	120
2	CAIXA COM 10 RESMAS DE PAPEL A4, Gramatura: 75g Resma: 500 folhas Certificação: Cerflor / Iso 14001 / Inmetro / PEFC Formato: A4 Tamanho: 210 x 297 mm	UN	90
3	PAPEL MACHÊ, Massa para modelagem semi-pronta. Produto não tóxico Volume/Peso: 100g.	UN	300
4	TINTA SINALIZADORA TRILHA Cor: Amarelo Indicado para aplicação INTERNA e EXTERNA Tinta esmalte base água – Capacidade - 0,9 L  TINTA SINALIZADORA TRILHA: Tinta Esmalte Sintético, base solvente, cor amarelo, indicada para ambientes internos e externos em superfícies de madeira, Capacidade - 3,6 L	UN	30
5	PINCEL: 1” (polegada) com Cerda Gris	UN	180
6	KIT ANOTAÇÃO: Kit ecológico composto por um caderno de anotações e uma caneta; Caderno de anotações, com espiral metálico lateral, com o mínimo de 60 folhas em papel reciclado, Sem pautas, Capa Dura em papel kraft e fechamento através de elástico fixo, Caneta	UN	1800

Tabela 6 - Materiais de educação ambiental

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANTIDADE
binóculos roof 10x32mm	1) capacidade óptica de: aumento 10 vezes, Diâmetro da objetiva: 32mm, Tipo de prisma: Roof; Revestimento das lentes: Multi-co revestido (MC); Campo de visão: 100m a 1000m (mínimo); Distância mínima de foco: 5m (mínimo); Tipo de ocular: Twist-up; Dioptria ajustável: ±2 Dimensões: 130mm x 95mm x 50mm (máximo) 2) com características físicas de: Peso máximo: 400g, Material do corpo: Alumínio (preferível), Revestimento do corpo: Borracha, Impermeável: Sim (recomendado), À prova de neblina: Sim (recomendado), Tripé adaptável: Sim (recomendado)	UN	300
Kit com 5 Lixeiras de coleta seletiva 60L	Kit com 05 lixeiras em material de Polietileno de alta densidade (PEAD); dimensões de 40 cm (largura) x 50 cm (altura) x 30 cm (profundidade) com tampas basculantes e removíveis; nas cores Azul, Verde, Vermelho, Amarelo e Marrom; indicações de acordo com a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 275, de 25 DE ABRIL DE 2001; com tampas removíveis; com capacidade volumétrica de 60 litros cada	UN	60
Kit contendo: 10 Cones C/ 5 Barreiras 10 Pratos Funcionais 12 Argolas Agilidade 01 Escada Funcional Ajustavel	Kit contendo: 10 Cones C/ 5 Barreiras; 10 Pratos Funcionais; 12 Argolas Agilidade e 01 Escada Funcional Ajustavel Cones: Material:PVC, Altura: 23 cm, Diâmetro: 13 cm, Cores: Sortidas (geralmente laranja, amarelo, verde e vermelho) Base: Antiderrapante Barreiras: Material: PVC, Altura: 90 cm, Comprimento: 30 cm, Largura: 20 cm, Desmontável: Sim (em 3 partes), Base: Antiderrapante Pratos Funcionais Material: Polipropileno (PP), Diâmetro: 19cm, Altura: 05 cm, Cores: Sortidas (geralmente amarelo, azul, verde, vermelho, laranja e preto), Superfície: Texturizada, Bordas: Arredondadas Argolas Agilidade Material: Polietileno (PE), Diâmetro: 40cm, Cores: Sortidas (geralmente amarelo, azul, verde, vermelho, laranja e preto), Superfície: Lisa, Bordas: Arredondadas Escada Funcional Ajustavel escada de agilidade, feita de nylon e os degraus em plástico, utilizada para treinamento. Possui largura de 45cm, comprimento entre degraus de 50cm, comprimento total de 5m, fita de 40mm nas laterais e 35mm nos degraus, acabamento com ilhós nas pontas para fixação. Composta por tiras de nylon e corpo de plástico. Composta por 10 degraus ajustáveis.	UN	60
Bússola multifuncional com inclinômetro	Bússola multifuncional com inclinômetro, de alta qualidade e precisão, para uso em atividades profissionais e de lazer que necessitem de orientação precisa, medição de ângulos e inclinações. Material: Corpo (Alumínio anodizado ou plástico de alta resistência), Lente (Acrílico resistente a riscos) Dimensões: Diâmetro: 5 a 7 cm, Espessura: 2 a 3 cm, Peso: Aproximadamente 100 a 200 gramas Precisão: Bússola: ± 2°; Inclinômetro: ± 1° Faixa de Medição: Bússola: 0° a 360°; Inclinômetro: -90° a +90° Funções: Norte magnético e verdadeiro, Azimute, Inclinação, Declinação magnética, Altitude, Calibração automática, Memória para armazenar leituras, Luz de fundo, Nível de bolha, Régua. Certificações: ISO 9001, IP67 (resistência à água e poeira)	UN	300

Tabela 7 - Alimentação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANTIDADE
kit lanche (10 itens)	1 - Suco de Caixa 200ml frutas - sabor variado 2 - Mini bolinho com recheio - 40g 3 - Barrinha de cereal - sabor variado 4 - Sachê de torrada 5 - Queijo Processado UHT 6 - Embalagem econômica de saquinho transparente selado termicamente ou sacola branca alça vazada 7 - Espátula selada 8 - Guardanapo embalado 9 - Guaraná natural - bebida natural feita à base de guaraná - 500ml 10 - Garrafa de água mineral sem gás - 500ml	KIT	18.000

PRODUTO 6: APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL CONSOLIDADO

O Produto 6 exige mão-de-obra dedicada ao contrato, não sendo permitida a subcontratação. As atividades do produto 6 serão baseadas nas mesmas atividades do produto 2.

O objetivo principal do produto 6 é compilar todas as informações e descrever os principais resultados gerados durante todo o período de vigência do contrato, incluindo gráficos e tabelas que demonstrem o alcance das metas estabelecidas.

4.2.1. Descritivo dos produtos

4.2.1.1. Plano de trabalho

Subitem referente ao serviço 1 - Plano de trabalho: deverá ser apresentado relatório contendo todas as informações solicitadas conforme item 3.3, em um prazo de até 60 dias corridos após a assinatura do contrato.

4.2.1.2. Relatórios Mensais

Os produtos serão apresentados na forma de relatórios mensais viabilizando o monitoramento da execução dos serviços, os quais serão mensurados a partir do alcance das metas estabelecidas. O documento deverá apresentar todas as atividades desenvolvidas durante o mês, as informações geradas a partir da execução dos serviços e descrever detalhadamente o desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços conforme descrição a seguir:

Subitem referente ao serviço 2 - Acréscimo do número de áreas restauradas nas UCs: deverá ser apresentado relatório acompanhado por registro fotográfico. A medição será realizada através de GPS (coordenadas em UTM, Datum SIRGAS 2000) ou trena.

Subitem referente ao serviço 3 - Executar atividades de educação ambiental nas Unidades de conservação: deverá ser apresentado relatório acompanhado por registro fotográfico e controle de presença, através de listas ou livros assinados. O relatório deverá também descrever a realização das atividades.

Subitem referente ao serviço 4 - Construir e realizar a manutenção de aceiros em áreas mais suscetíveis a incêndios florestais nos limites das UC e zonas de amortecimento: deverá ser apresentado relatório acompanhado por registro fotográfico e medição através de equipamento de GPS (coordenadas em UTM, DATUM Sirgas 2000).

Subitem referente ao serviço 5 - Notificar a população por meio da emissão do instrumento "Notificação Preventiva de Incêndio Florestal": deverá ser apresentado relatório, contendo uma tabela com sistematização das informações contidas nos formulários.

Subitem referente ao serviço 6 - Realizar o registro de visitantes das unidades de conservação estaduais: deverá ser apresentado relatório acompanhado por registro fotográfico, demonstrando a recepção de visitantes. Os registros de visitação poderão ser realizados através do "Livro de visitante", "Livro da sede", "Eco-contador", "Cadastro de visitantes", "Listas de presença", entre outros aceitos pela contratante, devendo os mesmos serem contabilizados caso estejam disponíveis.

Subitem referente ao serviço 7 - Realizar o manejo das trilhas oficiais das unidades de conservação estaduais: deverá ser apresentado relatório acompanhado por registro fotográfico. A medição será realizada através de equipamento de GPS (coordenadas em UTM, Datum SIRGAS 2000).

Subitem referente ao serviço 8 - Realizar ou apoiar eventos dentro das UC's ou relacionados às mesmas: deverão ser apresentados o relatório fotográfico e listas de presença, quando houver. Não serão considerados os casos nos quais os agentes participem como público.

Subitem referente ao serviço 9 - Elaborar ou atualizar o plano de contingências das Unidades de conservação: deverá ser apresentado um planejamento de confecção e/ou atualização dos planos de contingências. Conforme o referido planejamento, deverão ser apresentados os documentos confeccionados e aprovados pela contratante.

Subitem referente ao serviço 10 - A contratada deverá fornecer 42 aparelhos telefônicos com a seguinte especificação: 1.1. Smartphone com sistema operacional Android, versão atualizada; 1.2. Processador Octa-Core com velocidade mínima de 1.8 GHz; 1.3. Tela de no mínimo 5 polegadas; 1.4. Bateria Ions de Lítio de no mínimo 5.000mAh; 1.5. Conectividade LTE 4G, 3G, Wi-Fi, GPS, Bluetooth 4.1 ou superior; 1.6. Memória interna mínima de 128 GB (cento e vinte e oito gigabytes); 1.7. Câmera traseira de no mínimo 48 (quarenta e oito) Megapixels ou superior; 1.8. Câmera frontal de no mínimo 13 (treze) Megapixels ou superior; 1.9. Memória RAM de no mínimo 4 GB (quatro gigabytes); 1.10. Itens que devem estar inclusos: carregador, cabo USB, fone de ouvido; Os aparelhos deverão vir acompanhados de nota fiscal e garantia e deverão ser doados ao INEA ao fim do contrato.

Subitem referente ao serviço 11 - A contratada deverá prover internet para os postos em que os agentes estiverem alocados, podendo o fornecimento ser através de chip de celular com plano de internet ou, em locais onde não exista sinal de telefonia móvel, a contratada deverá prover ponto de internet fixa. Deverá ser encaminhado mensalmente comprovante de pagamento dos planos.

Subitem referente ao serviço 12 - a contratada deverá fornecer informações sobre as ações executadas através do preenchimento de relatórios e formulários.

#### 4.2.1.3. Relatórios Semestrais

Os relatórios semestrais deverão seguir os mesmos formatos dos relatórios mensais, incluindo formatação e meios de entrega, porém tem como objetivo principal comprovar o alcance das metas estabelecidas para cada serviço, de forma que deverão ser compilados todos os resultados alcançados a cada 06 (seis) meses.

Subitem referente ao serviço 13 - Realizar curso de formação e atualização de agentes de defesa ambiental: deverá ser disponibilizado link da web que leve aos certificados de conclusão de curso dos agentes de defesa ambiental. Também deverá ser emitido relatório contendo nome do agente, data de conclusão do curso, data de previsão do próximo curso e tipo de capacitação (formação ou atualização).

Subitem referente ao serviço 14 - A contratada deverá promover evento em comemoração ao dia mundial dos guarda-parques em conjunto com o INEA. a contratada deverá prover a logística de alimentação, ornamentação, cerimonial e divulgação do evento. Deverá ser encaminhado relatório fotográfico das atividades.

Subitem referente ao serviço 15 - Realizar formatura dos cursos de formação e atualização de agentes de defesa ambiental. Deverá ser emitido relatório fotográfico dos eventos.

#### 4.2.1.4. Relatório Final Consolidado

O Relatório Final Consolidado deverá seguir os mesmos formatos dos demais, incluindo formatação e meios de entrega, porém tem como objetivo principal compilar todas as informações e descrever os principais resultados gerados durante todo o período de vigência do contrato, incluindo gráficos e tabelas que demonstrem o alcance das metas estabelecidas.

#### 4.2.1.5. Fornecimento de estrutura logística para os Programas

Subitem referente aos Produtos 4 e 5- A contratada deverá executar o fornecimento dos materiais em conformidade da especificação e quantidade prevista. Os materiais deverão vir acompanhados de nota fiscal, garantia(quando couber) e termo de doação ao INEA, de acordo com os programas elencados abaixo:

- Estrutura logística para o Programa Fumaça Zero

Os Blocos de Notificação Preventiva de Incêndio deverão atender às especificações e quantidades previstas no Termo de Referência, bem como conter os textos padrões de notificação a serem fornecidos pelo INEA e deverão seguir o controle de numeração do INEA.

- Estrutura logística para o Programa Guarda-Parques Mirim

Os materiais que integram a logística do Programa Guarda-Parques Mirim deverão atender às especificações e quantidades previstas no Termo de Referência, bem como serem entregues nos locais de entrega definidos pela GERGPARG, devidamente acompanhados de nota fiscal, garantia(quando couber) e termo de doação ao INEA. Ao término do contrato, os materiais deverão ser doados ao INEA.

### 4.3. COMPOSIÇÃO MÍNIMA DA EQUIPE TÉCNICA E REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às seguintes categorias de ocupação:

Tabela 8 - Categorias de ocupação a serem contratadas

OCUPAÇÃO	FUNÇÃO	QUANTITATIVO
Agente de Defesa Ambiental	Coordenador	25
Agente de Defesa Ambiental	Gestão e logística	40
Agente de Defesa Ambiental	Agente de campo	235
TOTAL		300

**Observação:** uma vez que os agentes de defesa ambiental de nível médio não possuem piso salarial ou entidade de classe representativa no Estado do Rio de Janeiro, sendo, então, considerada atividade análoga ao serviço de Bombeiro Civil Florestal, categoria que possui convenção coletiva de trabalho e será considerada como base para o cálculo salarial a seguir com a seguinte equivalência:

Função	Equivalência	Salário base	Periculosidade
ADA-Coordenador	BC Florestal-Supervisor	R\$ 2.343,46	30%
ADA-Gestão e logística	BC Florestal- Líder	R\$ 2.170,48	30%
ADA-Campo	BC Florestal	R\$ 1.855,77	30%

A CONTRATADA deverá apresentar encarregados e/ou supervisores em quantitativo suficiente, não exclusivos ao contrato, que farão a fiscalização e o acompanhamento das atividades.

Em cada UC a equipe mínima deverá possuir, preferencialmente, 50% de Agentes com habilitação de motorista categoria B, sendo necessários, ao menos, 2 habilitados em cada posto de trabalho.

Deverão ser destinados, pelo menos, um colaborador com habilitação como arrais amador para cada UC que integrem a zona costeira ou que possua sistema lagunar em seus limites.

A distribuição do efetivo de colaboradores nas UCs levará em conta as peculiaridades de cada Unidade, sendo submetida à análise e designação da DIRBAPE através GERGPARG do Inea.

Ressalte-se que os agentes de defesa ambiental contratados não possuirão poder de polícia ambiental ou administrativa, não sendo delegada a eles atividades fiscalizatórias ou que suportem a delegabilidade de funções do Estado.

As especificações acerca das atribuições e os critérios de seleção de cada função descrita acima, encontram-se no anexo 6.

4.3.1. Do prazo para entrega do resultado do TAF e THFA

A CONTRATADA deverá compilar o resultado final do TAF e do TFHA contendo os dados dos participantes e os respectivos índices alcançados e remetê-los à GERGPARG no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término dos testes.

5. **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DESEMBOLSO**

O prazo previsto para execução e desembolso das atividades é de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de assinatura, com desembolsos conforme cronograma de execução contido no Anexo 5.

6. **AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS**

- Os produtos serão avaliados individualmente conforme fluxo abaixo:
- a) CONTRATADA deverá apresentar os produtos a CONTRATANTE conforme Cronograma Físico Financeiro e informar a entrega à CONTRATANTE;
  - b) Os produtos serão avaliados pela CONTRATANTE em até 10 (dez) dias úteis;
  - c) Caso o resultado da análise aponte a necessidade de complementações, o produto deverá ser apresentado novamente à CONTRATANTE no prazo de 10 dias úteis;
  - d) A CONTRATANTE tem até 5 (cinco) dias úteis para analisar as complementações enviadas e emitir nova avaliação;
  - e) Caso ainda versem pendências os produtos/serviços serão glosados;
  - f) O produto glosado poderá ser apresentado no mês seguinte e seguirá o mesmo fluxo até que seja aprovado pela CONTRATANTE;
  - g) A CONTRATANTE solicitar a emissão de Nota Fiscal à CONTRATADA;
  - h) A CONTRATANTE tem até 10 (dez) dias úteis para elaboração do Termo de Recebimento e Aceite e encaminhamento à DIREX;
  - i) A DIREX encaminhará a documentação à CONTRATANTE com autorização de pagamento;
  - j) O pagamento será feito em até trinta (30) dias úteis, contados a partir do recebimento do TRA.

7. **FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS**

Os produtos deverão ser entregues contendo as informações descritas no item 4.2.1, na periodicidade especificada no mesmo item, em formato digital (PDF) e editável (.docx, .xlsx, shp, etc) através do e-mail da Gerência de Guarda-Parques do Inea ou outro email indicado pela fiscalização do contrato.

Os Produtos deverão ser apresentados nos padrões da norma culta da língua portuguesa, seguir as normas da ABNT e os padrões a serem acordados com o INEA. Naquilo em que as normas da ABNT forem omissas será permitida a utilização de normas estrangeiras ou métodos consagrados pelo uso, após a devida aprovação da fiscalização.

Deverá ser aprovada junto à GERGPARG uma minuta de cada tipo de relatório referente aos produtos 2, 3 e 4.

7.1. **PLANO DE TRABALHO**

O Plano de Trabalho deverá ser apresentado em formato impresso e digital contendo o planejamento de todas as atividades que serão realizadas em cada fase do projeto, incluindo cronograma e descrição detalhada das atividades previstas. Deverá conter:

- Matriz de envolvidos por atividade e responsabilidade;
- Descritivo sobre a execução do serviço e detalhamento das atividades a serem desenvolvidas;
- Metodologia de trabalho e dimensionamento dos recursos humanos e tecnológicos a serem alocados, com detalhamento das entregas de cada etapa;
- Definição das formas de comunicação e interação com o INEA;
- Cronograma de execução detalhado;
- Matriz de risco do projeto e proposição de ações mitigadoras;
- Fluxo de execução do projeto;
- Quadro de distribuição do efetivo;

A entrega deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.



## 7.2. RELATÓRIOS MENSALIS DE ATIVIDADES

7.2.1. O Relatório Mensal de Atividades deverá ser apresentado em formato PDF via (EMAIL) e deverá conter, no mínimo, todas as metas descritas no item 4.2.1.2 referentes aos subitens 2 ao 9, bem como tabelas e gráficos de indicadores de desempenho das mesmas, além de gráficos e tabelas do quantitativo de cada atividade por Unidade de Conservação ao longo do mês em referência.

7.2.2. Caso haja acionamento para ocorrência de incêndios florestais, estas deverão ser registradas em campo específico "OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS", onde deverão constar tabelas contendo as datas das ocorrências, local das ocorrências, coordenadas de fuso, latitude e longitude, área total queimada (em hectares), além de registros fotográficos dos eventos contendo um resumo das ações.

7.2.3. Caso haja outras atividades executadas pelos agentes ambientais, estas serão relatadas no campo "OCORRÊNCIAS DIVERSAS", onde deverão constar tabelas contendo as principais ocorrências identificadas: apoio a fiscalização ambiental, resgate de visitantes, resgate/manejo de fauna, emergência/desastre ambiental, além de registros fotográficos dos eventos contendo um resumo das ações. Caso omissos deverão ser resolvidos junto à GERGPAP.

7.2.4. Atividades de rotina exercidas pelos agentes ambientais deverão ser registradas no campo "ATIVIDADES DE ROTINA EXECUTADAS PELOS AGENTES". Neste campo estão englobadas todas as atividades ao longo do expediente de serviço que extrapolam às descritas acima. Caso omissos deverão ser resolvidos junto à GERGPAP.

7.2.5. Cumpra-se destacar que "OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS", "OCORRÊNCIAS DIVERSAS" e "ATIVIDADES DE ROTINA EXECUTADAS PELOS AGENTES" não serão relacionadas nos indicadores de desempenho das metas.

## 7.3. RELATÓRIOS SEMESTRAIS DE ATIVIDADES

O Relatório Semestral de Atividades deverá ser apresentado em formato PDF via (EMAIL) e deverá conter, no mínimo, todos resultados compilados referentes às metas descritas no item 4.2.1.2 referentes aos subitens 2, alcançados a cada 06 (seis) meses, além do compilado das demais atividades de "OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS", "OCORRÊNCIAS DIVERSAS" e "ATIVIDADES DE ROTINA EXECUTADAS PELOS AGENTES". Deverá conter gráficos e tabelas de indicadores de desempenho das metas semestrais, além de gráficos e tabelas do quantitativo de cada atividade por Unidade de Conservação ao longo do semestre em referência.

## 7.4. RELATÓRIOS FINAL CONSOLIDADO

O Relatório Final Consolidado deverá ser apresentado em formato PDF via (EMAIL) e deverá conter, no mínimo, uma visão geral da execução contratual pelo período contratado elucidando toda metodologia utilizada de forma a proporcionar o alcance e desempenho nas metas estabelecidas, além do quadro geral consolidado de metas, quadro geral de metas anual, gráficos e tabelas de indicadores de desempenho das metas semestrais, gráficos e tabelas do quantitativo de cada atividade por Unidade de Conservação ao longo da execução contratual.

## 7.5. ESTRUTURA LOGÍSTICA DO PROGRAMA FUMAÇA ZERO

Todos os materiais referentes às tabelas 3 deverão ser entregues de acordo com as especificações e quantidades elencadas no presente Termo de Referência, sob demanda da CONTRATANTE, no Núcleo GERGPAP Paraíso - Estrada do Paraíso, s/n - Complemento: Entrada no Km 11 da RJ 122, Bairro Paraíso - Guapimirim - RJ. CEP 25949-840.

## 7.6. ESTRUTURA LOGÍSTICA DO PROGRAMA GUARDA-PARQUES MIRIM

7.6.1. Todos os materiais referentes às tabelas 4, 5 e 6 deverão ser entregues de acordo com as especificações e quantidades elencadas no presente Termo de Referência, sob demanda da CONTRATANTE, nas regionais descritas no item 13.

7.6.2. Todos os kits de alimentação referentes à tabela 7 deverão ser entregues de acordo com as especificações e quantidades elencadas no presente Termo de Referência, sob demanda da CONTRATANTE, nas regionais descritas no item 13.

7.6.3. As entregas dos kits de alimentação deverão ser feitas obrigatoriamente em dias úteis, das 09:00h às 17:00h, devendo a mesma ser comunicada à Gerência de Guarda-Parques do INEA-RJ com antecedência mínima de 48h.

## 8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A CONTRATADA deverá dispor de uma equipe de profissionais experientes em gerenciamento de projetos, que possuem habilidades e conhecimentos específicos para lidar com os desafios comuns encontrados durante as diferentes fases de execução do projeto.

Os serviços discriminados neste documento deverão estar enquadrados no objeto social da Contratada, detendo conhecimento e experiência na execução.

Para prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar mão-de-obra própria e especializada, constituída por equipe multidisciplinar, com formação e experiência na área, apropriados às características específicas do objeto do termo de referência e compatível com o serviço descrito. Requisitos mínimos (critérios eliminatórios): Para desenvolver as atividades previstas na presente solicitação de demanda, considerar-se-á aptas as pessoas jurídicas com, no mínimo, a seguinte qualificação técnica:

- Comprovação de atendimento a contrato com, no mínimo, 150 colaboradores, na prestação de serviços com mão de obra dedicada em unidade de conservação em atividades correlatas à classificação ocupacional de agentes de defesa ambiental por, no mínimo 13 meses;
- Comprovação de experiência em elaboração de planos de contingência/emergência ou correlatos para unidades de conservação;
- Comprovação de experiência em atividades de educação ambiental com atendimento de, no mínimo, 12.000 (doze mil) alunos em 12 meses;
- Comprovação de experiência em atividades de recuperação de áreas florestais degradadas em, no mínimo 6 Ha em 12 meses.

## 9. MEDIÇÃO DO CONTRATO

O PRODUTO 1 é considerado de caráter execução por escopo. Portanto, somente poderá ser executado a partir da ordem de início dos serviços e deverá ser submetido à apreciação da equipe de FISCALIZAÇÃO do contrato para validá-lo.

O PRODUTO 2 possui caráter de execução contínua e deverá ser feito com base na metodologia descrita no item 4.2 do presente Termo de Referência e ser submetido à apreciação da equipe de FISCALIZAÇÃO a fim de conferir os serviços prestados pela CONTRATADA conforme as metas pré-estabelecidas e posteriormente validá-lo. Após os atos descritos, a equipe de FISCALIZAÇÃO do contrato solicitará à CONTRATADA a emissão da Nota Fiscal referente aos serviços prestados pelo mês analisado.

O PRODUTO 3 possui caráter de execução contínua e deverá ser feito com base na metodologia descrita no item 4.2 do presente Termo de Referência e ser submetido à apreciação da equipe de FISCALIZAÇÃO a fim de conferir os serviços prestados pela CONTRATADA ao longo dos 06 (seis) meses de execução do contrato conforme as metas pré-estabelecidas e posteriormente validá-lo. Após os atos descritos, a equipe de FISCALIZAÇÃO do contrato solicitará à CONTRATADA a emissão da Nota Fiscal referente ao PRODUTO 3.

O PRODUTO 4 possui caráter de execução final e deverá ser feito com base na metodologia descrita no item 4.2 do presente Termo de Referência e ser submetido à apreciação da equipe de FISCALIZAÇÃO dez dias antes do término da vigência do contrato para fins de conferência dos resultados gerados durante todo o período de vigência do contrato, incluindo gráficos e tabelas que demonstrem o alcance das metas estabelecidas, e deverá ser apresentado na GERGPARGAR na data do último dia da vigência contratual contendo os dados atualizados até o último dia da vigência contratual.

OS PRODUTOS 5 e 6 possuem caráter contínuo, sob demanda da CONTRATANTE, e deverão ser entregues conforme especificações, quantidades e locais de entrega elencados no presente Termo de Referência. A equipe de FISCALIZAÇÃO informará a demanda à CONTRATADA mediante e-mail ou outro canal de comunicação formal estabelecido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data desejada da entrega e prazo de execução de 30 dias após a solicitação da demanda.

#### 10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A presente contratação se dará por procedimento licitatório na modalidade Pregão eletrônico, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL e modo de disputa aberto cuja proposta deverá ser elaborada conforme orientações deste Termo de Referência.

O Regime de Execução será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

#### 11. VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato de prestação de serviços terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por 84 (oitenta e quatro) meses respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (Art. 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021).

#### 12. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

12.1. Os serviços 1 a 15 descritos no presente Termo de Referência serão executados nas UCs administradas pelo INEA no estado do Rio de Janeiro, conforme tabela disponibilizada no Anexo 1 deste Termo de Referência.

12.2. Todos os materiais referentes aos PRODUTOS 5 deverão ser entregues de acordo com as especificações e quantidades elencadas no presente Termo de Referência, sob demanda da CONTRATANTE, na sede da Gerência de Guarda-Parques do INEA, situada na Av. Marechal Floriano nº 45 - Centro RJ - CEP: 20.080-003, obrigatoriamente em dias úteis, das 09:00h às 17:00h, devendo a mesma ser comunicada à Gerência de Guarda-Parques do INEA-RJ com antecedência mínima de 48h.

12.3. Todos os materiais referentes aos PRODUTOS 6 deverão ser entregues de acordo com as especificações e quantidades elencadas no presente Termo de Referência, sob demanda da CONTRATANTE, nas regionais abaixo descritas, obrigatoriamente em dias úteis, das 09:00h às 17:00h, devendo a mesma ser comunicada à Gerência de Guarda-Parques do INEA-RJ com antecedência mínima de 48h.

Regionais:

- Região Serra Verde - Reserva Biológica Estadual de Araras - RBA - Estrada Bernardo Coutinho, nº 10.351 - Gleba do Horto, Jardim Araras, Araras - distrito de Cascatinha - Petrópolis - CEP: 25.725-020.
- Região Serrana - Gerência de Guarda-Parques - Núcleo GERGPARGAR Paraíso - Estrada do Paraíso, s/n - Complemento: Entrada no Km 11 da RJ 122, Bairro Paraíso - Guapimirim - RJ. CEP 25949-840
- Região Norte Fluminense - Parque Estadual do Desengano - PED, Estrada José Dantas dos Santos, 35, Itaporanga, Santa Maria Madalena/RJ, Entrada pelo Horto Florestal Santos Lima. CEP: 28770-000.
- Região Oceânica - Parque Estadual da Serra da Tiririca - PESET - Rua Engenheiro Domingos Barbosa, nº 4 - Recanto de Itaipuaçu - Maricá/RJ. CEP: 24937-245.
- Região Metropolitana I - Gerência de Guarda-Parques - Núcleo GERGPARGAR Guaratiba - Estrada da Matriz, nº 4.485, Guaratiba - Rio de Janeiro - CEP: 23020-710.
- Região Médio Paraíba - Parque Estadual da Serra da Concórdia PESC - (Sede) Rua Barão de Santa Mônica, 115, Barão de Juparanã - Valença/RJ - CEP: 27640-000.
- Região Costa Verde - Reserva Ecológica Estadual da Juatinga - REEJ - Rua Marquesa de Santos, 405 - Vila Dom Pedro I, Paraty. CEP: 23970-000.
- Região Costa do Sol - Área de Proteção Ambiental de Massambaba - APA Massambaba - Endereço: Rodovia RJ-102, Km 9,5 - Praia Seca, Araruama - CEP: 28970-972.

#### 13. PRODUTIVIDADE

Os serviços serão realizados mediante os parâmetros de qualidade, produtividade e periodicidade, para a plena eficácia da Contratação, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, assim como no anexo 3.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, além de promover, quando requerido pela CONTRATANTE, a sua substituição.

Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das diretrizes dos serviços do presente objeto não poderão constituir pretexto para a cobrança por "serviços novos, extras ou adicionais".

Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nesta especificação, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução dos serviços;

A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

Para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico, a CONTRATADA deverá alocar uma equipe de profissionais, com experiência suficiente para a sua boa execução. A equipe deverá ser formada considerando o abrangente escopo dos serviços contratados, a carga horária requerida e a necessidade de comprovada experiência profissional para cada uma das atividades a serem desenvolvidas.

Os serviços serão executados consonante com o previsto neste Termo de referência e seus anexos, no entanto, deverão ser compatibilizados com as necessidades do INEA, pelo que, respeitada a jornada regulamentar de trabalho máxima semanal, alguns destes serviços poderão ser executados aos sábados, domingos e feriados segundo a especificidade da função e ao critério definido pela Fiscalização do Contrato.

Diante de eventual carga de trabalho imposta por novas configurações, serão verificados os quantitativos previstos neste Termo de Referência. Constatada a necessidade de redimensionamento, a CONTRATADA deverá providenciar os ajustes que se impõem, após a assinatura de termo aditivo ao contrato, cabendo o ressarcimento ou abatimento relativo ao custo real do acréscimo ou supressão de unidade ou quantidade.

A prestação dos serviços pretendidos não gerará vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os funcionários da CONTRATADA, estando vedada qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Durante o período contratual, serão realizadas reuniões técnicas regulares entre a CONTRATADA e a equipe da FISCALIZAÇÃO, quando será discutida a evolução dos trabalhos e tomadas providências para solucionar eventuais problemas. As reuniões poderão ser solicitadas pela FISCALIZAÇÃO ou pela CONTRATADA.

Os direitos sobre os dados gerados pelos Produtos do escopo de serviços objeto do presente Termo de Referência, bem como documentos técnicos produzidos pela equipe da CONTRATADA pertencem ao INEA, ficando vetada à CONTRATADA sua utilização, venda e disponibilização para terceiros, salvo com prévio consentimento, por escrito, do INEA. Comprovada a quebra de sigilo dessas informações fica a CONTRATADA sujeita a aplicação das sanções cabíveis por parte do INEA.

#### 14. VISTORIA

É facultado aos licitantes vistoriar as áreas de atuação, com o objetivo de conhecer as condições ambientais locais, objeto desta licitação.

A Licitante ao apresentar a proposta, considerar-se-á como tendo vistoriado todas as instalações assinaladas, entendendo-se como vistoria: “A constatação de um fato em imóvel, mediante exame circunstanciado dos elementos que o constituem, objetivando uma avaliação precisa dos serviços e materiais necessários”.

A opção pela vistoria constitui direito e ônus da Licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas que não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação.

Se, facultativamente, a Licitante resolva não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitoriosa no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação.

#### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Os licitantes, adjudicatários ou contratados inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### 16. DO REAJUSTE

Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente ao contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a CONTRATADA fazer jus à repactuação do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas – bases dos referidos instrumentos aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 135, II da Lei nº 14.133/21.

O reajuste será dividido em tantos quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias e envolvidas na contratação, sempre calculado a partir das datas – base diferenciadas, caso se identifique que a contratação envolve mais de uma categoria profissional.

Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

Os preços dos insumos e serviços que não exijam mão de obra dedicada ao contrato poderão ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 25, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021 e os art. 2º e 3º da Lei n.º 10.192.

A anuidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste. Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços.

É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

#### 17. DA GARANTIA CONTRATUAL

Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

#### 18. DA GARANTIA DE PROPOSTA

Exigir-se-á do licitantes como condição para habilitação os licitantes deverão ofertar a GARANTIA DE PROPOSTA, no valor de 1% (um por cento) do orçado pela Administração.

A Garantia de Proposta é exigida para manter o INEA protegido contra os atos ou omissões do Licitante, que dão ensejo à execução da garantia, perdurando durante o período de validade da proposta.

As condições para a exigência da garantia de proposta seguirão o previsto no Art. 58 da Lei Federal 14.133/21, nas modalidades previstas no [§ 1º do art 96](#) da mesma lei.

#### 19. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Conforme art. 122 da Lei Federal 14.133/2021, “O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração”.

No que tange aos serviços objeto da subcontratação, esses não poderão ser os itens especiais do contrato, especialmente aqueles para os quais foram solicitados atestados de capacidade técnica, por ocasião da abertura do certame. (Acórdão TCU nº 3 144/2011-Plenária). Portanto, os serviços que poderão ser subcontratados deverão ser inequivocamente, complementares ou acessórios, mas não os principais.

Por outro lado, o TCU em sua decisão, aceita a subcontratação desde que a Administração venha a exigir do subcontratado a apresentação dos documentos de habilitação requisitados na licitação, especialmente quanto à regularidade jurídica, idoneidade fiscal, qualificação técnica, econômica e financeira, além do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. Ed Brasília:TCU 2010).

Desta forma, será permitida a subcontratação de atividades complementares ou acessórias, elencadas no item 2.2, desde que estejam dentro dos limites definidos pela Administração, conforme planilha de subcontratação (anexo 9)

## 20. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto do Art.15 da Lei 14.133/22, para o caso concreto, a vedação à participação de consórcios é o que melhor atende ao interesse público, por não ferir os princípios da competitividade, economicidade e moralidade e, ao mesmo tempo, evitar que empresas que não possuem capacidade técnica para gerenciar um projeto de tamanha importância para a conservação da biodiversidade fluminense, possam sagrar-se vencedoras apenas pelo somatório de pequenas parcelas de capacidade técnica.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se verifica no presente.

Apesar do alto grau de importância do projeto, para tal objeto é bastante comum a participação de empresas, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

## 21. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

É vedada a participação de cooperativas conforme o que dispõe a Orientação Administrativa PGE n.º 08. A vedação é justificada pela natureza do serviço que será prestado, incompatível com as características das cooperativas, uma vez que as tarefas não seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação com a cooperativa, evitando-se a eventual responsabilidade subsidiária do Poder Público pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas, na forma do Enunciado 331 do TST.

Nesse sentido, foram reiteradas as decisões (Acórdão n.º 1815/2003-Plenário, Acórdão n.º 307/2004-Plenário que culminaram com a publicação da Súmula n.º 281 TCU:

"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como a de pessoalidade e habitualidade."

Dessa forma, tendo em vista que a natureza do serviço pressupõe subordinação jurídica entre os empregados e o contratado, bem como pessoalidade e habitualidade, deve ser vedada a participação de sociedades cooperativas na presente licitação, uma vez que tais entidades seriam "cooperativas fraudulentas" ou meras intermediadoras de mão de obra.

## 22. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Considerando que a contratação apresenta mais de 96% de seu valor alocado em mão de obra, observando-se que o Art. 137, § 2º, IV prevê que o contratado tem direito à extinção do contrato após 2 meses de atraso nos pagamentos, visando não haver problemas de interrupção dos serviços, será exigido como qualificação econômico financeira o seguinte:

- 22.0.0.1. patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 22.0.0.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 22.0.0.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício
- 22.0.0.4. Índices de Solvência geral, Liquidez corrente, Liquidez Geral e Liquidez imediata >1

## 23. INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Há a necessidade de se exigir Programa de Integridade da empresa a ser contratada, conforme estabelecido na Lei Estadual n.º 7.753/17(a qual dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade às pessoas jurídicas que contratarem com a Administração do ERJ) que:

"Art. 1º - Fica estabelecida a exigência do Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privado com a administração pública direta, indireta e fundacional do Estado do Rio de Janeiro, cujos limites em valor sejam superiores ao da modalidade de licitação por concorrência, sendo R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços, mesmo que na forma de pregão eletrônico, e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias."

## 24. DA FISCALIZAÇÃO

Por FISCALIZAÇÃO entende-se a atividade exercida de modo sistemático pelo INEA e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

O INEA manterá desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma equipe de FISCALIZAÇÃO designada através de portaria para o acompanhamento e controle dos trabalhos.

**A gestão e fiscalização do contrato se dará mediante o acompanhamento de indicadores de desempenho, disponibilidade e qualidade, que compõem o Nível Mínimo de Serviço entre o INEA e a Contratada.**

**Estes indicadores são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos pelo Contratante com a finalidade de avaliar a entrega dos serviços contratados. Eles estabelecem, de forma objetiva, os limiares de desempenho aceitáveis dos serviços recebidos pelo Contratante, à maneira pela qual estes serviços serão avaliados e os descontos a serem aplicados no valor da ordem de serviço ou na fatura mensal, quando o serviço prestado não alcançar o nível mínimo exigido.**

**O não cumprimento de qualquer indicador do Nível Mínimo de Serviço implicará redução no valor do pagamento mensal dos serviços contínuos de sustentação operacional, salvo justificativa aceita pelo INEA.**

**Os formulários de avaliação do nível mínimo de serviço bem como os critérios de avaliação encontram-se no ANEXO 3- Acordo de nível de serviço.**

A FISCALIZAÇÃO poderá vistoriar os serviços executados conforme sua necessidade e conveniência, ficando a CONTRATADA obrigada a passar todas as orientações e posicionamentos referentes, sempre que solicitado.

A execução dos serviços será acompanhada pela FISCALIZAÇÃO durante toda a vigência do contrato. Os materiais e documentos entregues pela CONTRATADA deverão ser aprovados pela FISCALIZAÇÃO antes do faturamento.

A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da FISCALIZAÇÃO, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela FISCALIZAÇÃO serão considerados como se fossem praticados pelo INEA.

Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por representantes designados, podendo para isso:

- solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas, profissionais e ou pessoas;
- paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com as boas práticas ambientais, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- exercer rigoroso controle sobre o cronograma de rotinas de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;
- avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato; e
- solicitar a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ou inadequada ao andamento dos trabalhos.

A atuação ou a eventual omissão da FISCALIZAÇÃO durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO acompanhará a mensuração dos seguintes aspectos, dentre outros, quando for o caso:

- Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

## 25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços e observado o disposto no art. 118 da Lei nº 14.133/2021, prepostos que tenham poderes para resolução de imprevistos durante a execução do contrato. O representante deverá se reportar diretamente a FISCALIZAÇÃO, acompanhando e se responsabilizando pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe.
2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, conduzindo-os de acordo com suas normas e especificações técnicas e com estrita observância do instrumento convocatório, do termo de referência e da proposta de preços;
3. Elaborar e documentar, em meio físico e digital, procedimentos de trabalho para as principais atividades desenvolvidas durante o contrato, em formato definido pelo CONTRATANTE;
4. Deverá entregar os produtos de cada período, que deverão consistir em um relatório técnico, com descrição detalhada (por meio de texto, gráficos, tabelas e figuras), dos serviços realizados e os respectivos elementos que atestem a realização dos serviços.
5. A elaboração dos relatórios deverá seguir as normas da ABNT e os padrões a serem acordados com o INEA. Naquilo em que as normas da ABNT forem omissas será permitida a utilização de normas estrangeiras ou métodos consagrados pelo uso, após a devida aprovação da fiscalização. Os relatórios e suas revisões deverão ser entregues em meio digital (em PDF e no seu formato original, que permita a sua edição futura).
6. Propor alterações ou implementações de serviços a fim de otimizar o cumprimento das obrigações do Contrato.
7. Cumprir rigorosamente os prazos e horários estabelecidos;
8. Manter, durante toda a execução do Contrato e eventuais aditivos, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e fomentar a capacitação necessária para garantir a prestação dos serviços contratados.
9. Deverá manter a Equipe Técnica apresentada em seu plano de trabalho ao longo de todo o contrato, sendo facultado ao INEA solicitar a substituição de componente que não apresentar capacidade técnica compatível com as funções que estiver exercendo, ou que apresentar conduta inadequada. A CONTRATADA poderá solicitar a substituição de componente de sua Equipe Técnica, informando antecipadamente ao INEA, apresentando justificativa para tal, sendo o substituto igualmente capacitado tecnicamente. A FISCALIZAÇÃO fará a análise do pedido e apresentará seu parecer.
10. Deverá apresentar no início da execução do contrato as carteiras profissionais assinadas com descrição compatível com a formação profissional exigida neste termo, bem como as convenções trabalhistas para conferência dos pisos salariais praticados e datas de aplicação dos dissídios salariais, que deverão ser aplicados tão logo novas convenções ou aditivos sejam publicados.
11. Antes do início da execução do contrato e a cada mudança de profissionais dedicados ao longo do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar atestados que comprovem a qualificação dos profissionais.
12. Caso um ou mais profissionais envolvidos no contrato sejam afastados em razão de licenças por períodos maiores que 15 dias, a CONTRATADA deverá providenciar substituto com qualificação à altura do(s) profissional(is) afastado(s), sem ônus ao INEA.
13. Responsabilizar-se por todas as despesas, que deverão estar inclusas no preço proposto, relativas a frete, impostos, diárias, transporte, alimentação, remuneração e hospedagem de pessoal, bem como qualquer outra despesa necessária à execução dos serviços na base ou em campo.
14. Estar apta a deslocar profissionais para rotinas de acompanhamento, verificação e interação com os demais envolvidos em atividades de campo;
15. Colocar à frente dos serviços, técnicos com experiência em sua área de atuação que possuam expertise para solucionar problemas e/ou dificuldades verificadas durante a execução dos serviços e indicar as correções a serem implementadas;
16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, sem ônus ao INEA, bens ou prestações que sejam objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.
17. Corrigir ou adequar, sem ônus ao INEA, qualquer serviço executado ou entregue em desacordo com as exigências e especificações previstas neste instrumento.
18. Atender prontamente às observações e reclamações da FISCALIZAÇÃO concernentes à execução dos serviços, prestando esclarecimentos em até 2 (dois) dias a contar do recebimento do comunicado.
19. Acatar as exigências da FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços, o cumprimento de horários e a imediata correção de deficiências relacionadas à execução dos serviços contratados.
20. Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho em caso de incidente com seus empregados durante a execução dos serviços previstos no contrato, inclusive no transporte, mesmo que o incidente ocorra em dependência do INEA.
21. Responder por todos os encargos de eventual demanda trabalhista, civil ou penal relacionada à execução do contrato, seja originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
22. Indenizar todo e qualquer dano ou prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente do exercício de suas atividades ou ser causado por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou a terceiros.
23. Observar o cumprimento da cota de pessoas com deficiência, estipulada pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
24. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo em conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.
25. Cumprir com as demais obrigações estipuladas no termo de referência.

## 26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.
2. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
4. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.
5. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.
6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
8. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
9. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
11. Cientificar o órgão de representação judicial da Controladoria-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26º, da Lei nº 14.133/2021.
13. Proporcionar todas as facilidades sob sua responsabilidade e ao seu alcance para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas vigentes e de acordo com as cláusulas contratuais.
14. Impedir a intervenção de pessoal não autorizado nos locais do Contrato.
15. Designar um representante, denominado Fiscal, bem como seu Substituto, ambos com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, e os quais notificarão a CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
16. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do Fiscal, do substituto e de seus assistentes, aos quais competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo INEA ou até mesmo pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados.
17. Colocar em prática as recomendações técnicas feitas pela empresa, relacionadas com as condições de funcionamento, uso e segurança do equipamento e instalações.
18. Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais cabíveis.

## 27. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O INEA efetuará o pagamento mensalmente, por meio de crédito em conta bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que devidamente atestada pelo Gestor do CONTRATO.

Os serviços serão pagos conforme a demanda, mediante análise e aprovação da Nota Fiscal pela comissão de fiscalização.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada à CONTRATANTE, fisicamente ou disponível em site, a qual deverá ser devidamente atestada pela Comissão de Fiscalização.

Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua representação.

Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE”, para verificar todas as condições de habilitação da CONTRATADA, donde sendo constatada a situação de irregularidade será comunicada por escrito para sua regularização, sendo-lhe facultado a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

A CONTRATADA, para recebimento, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, o comprovante de regularidade junto ao INSS, conforme ACORDÃO 260/2002 do Plenário do TCU.

Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.

## 28. DA PROPOSTA

O custo do serviço a ser prestado pela CONTRATADA deverá ser apresentado conforme o Modelo Planilha de formação de preços (anexo 7).

A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 dias a contar da sua emissão e indicar valores unitários e totais para cada item ofertado.

## 29. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A competência de indicação da dotação orçamentária é da Assessoria de Planejamento e Gestão (ASSPLAN) subordinado à Diretoria Executiva e de Planejamento (DIREX).

## 30. DAS PENALIDADES

A CONTRATADA estará sujeita às regras gerais sobre infrações e sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e especificamente à:

I - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## 31. BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

Em conformidade com o Decreto Estadual nº 43.629, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta e dá outras providências. O INEA, como

CONTRATANTE estabelece boas práticas ambientais específicas, a saber:

- 31.1. Devem ser adotados procedimentos corretos com o uso adequado da água, que utilizam a água com economia/ sem desperdício e sem deixar de garantir a adequada higienização do ambiente, utensílios, bem como dos funcionários;
- 31.2. Desligar as luzes dos ambientes não ocupados e acender apenas as luzes necessárias, quando pertinente;
- 31.3. Comunicar ao Gestor do Contrato sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas;
- 31.4. Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento diário das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, caso já implantados nas áreas do Contratante, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, conforme Resolução CONAMA nº. 275 de 25 de abril de 2001;
- 31.5. Sugerir ao Contratante, locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, etc.

## 32. MAPA DE RISCOS

O Map de riscos desta contratação encontra-se disponível no Anexo2-MAPA DE RISCOS (72209621) deste processo de contratação.

## 33. DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE

O presente estudo atende a todos os elementos descritos no art. 17 do Decreto nº 48.816/2023.

Raphael Freire de Souza - Chefe do SERVACO  
ID Funcional: 4423326-4

Israel de Andrade Lima - Responsável/NUCDF  
ID Funcional: 4332053-8

Andrea Figueiredo da Silva - Chefe da SERVCOMP  
ID Funcional: 5124698-8

Rio de Janeiro, 28 março de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Freire de Souza, Chefe de Serviço**, em 20/05/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Israel de Andrade Lima, Agente Administrativo**, em 20/05/2024, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Figueiredo da Silva, Chefe de Serviço**, em 20/05/2024, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **74986599** e o código CRC **BC8D7DF9**.